

Relação de bets liberadas sai hoje; site ilegal terá de restituir dinheiro

— Plataformas de apostas online que não pediram autorização ao Ministério da Fazenda para operar no País serão retiradas do ar no dia 11 de outubro pela Anatel

BRASÍLIA
SÃO PAULO

O Ministério da Fazenda divulga hoje lista com as empresas de apostas online que pediram a pasta autorização para operar no País. As bets que não estiverem nessa relação serão consideradas ilegais e ficarão proibidas de oferecer apostas.

Essas plataformas, porém, terão de deixar seus respectivos sites e aplicativos no ar até o dia 10 de outubro para que os apostadores possam sacar os recursos depositados. Passado o prazo de 10 dias, em 11 de outubro, as plataformas das bets irregulares serão derrubadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

“Se você tem dinheiro em site de apostas, peça restituição já, você tem direito de ser restituído, peça para exigir o dinheiro que você tem depositado lá”

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

A fiscalização será feita pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, em coordenação com a Anatel, o Banco Central e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A lista trará tanto o nome das empresas que pediram autorização até o dia 17 de setembro quanto das marcas que representam – ou seja, as bets em si. Até as 19h de ontem, existiam 168 pedidos no Sistema de Gestão de Apostas da Fazenda. A partir de janeiro, todas as empresas autorizadas terão de utilizar o domínio brasileiro de internet, com a extensão “bet.br”.

A Fazenda estima que serão banidos de 500 a 600 sites de apostas nos próximos dias, segundo informou ontem o ministro da pasta, Fernando Haddad. “A Anatel vai

bloquear do espaço brasileiro o acesso a esses sites”, disse ele, em entrevista à rádio CBN. “(O bloqueio) Não é a administração da Fazenda, mas nós estamos oficiando a Anatel”, afirmou. Segundo ele, a situação é semelhante ao bloqueio do X no País, feito pela Anatel após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Haddad ainda aconselhou que pessoas com dinheiro depositado nesses sites solicitem o saque dos valores, que podem ser perdidos após o banimento das plataformas. “Se você tem dinheiro em site de apostas, peça restituição já. Você tem direito de ser restituído; peça para exigir o dinheiro que você tem depositado lá”, disse.

Além do banimento de sites de apostas não regulamentados, o ministro citou outras frentes de trabalho do governo para controle do uso das bets no Brasil, como a proibição do uso de cartão de crédito e do cartão Bolsa Família nesses sites e um maior controle sobre a publicidade do setor, que, na avaliação de Haddad, está “fora de controle” (mais informações na pág. B2).

Como o **Estado** mostrou, com base em documentos internos da Fazenda obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, ao propor inicialmente a regulamentação para o funcionamento das bets o governo mirou apenas o valor que poderia ser arrecadado com impostos. A repercussão negativa dos efeitos causados pelos jogos aumentou a pressão sobre o governo, que agora fala em apertar o cerco às empresas.

NOVA RELAÇÃO. A lista a ser divulgada hoje, porém, não é definitiva: ela garante que as empresas citadas poderão atuar no País até o fim do ano. Em dezembro, a Fazenda divulgará uma nova lista, após concluir análise da documentação das empresas, a fim de verificar se estão em conformidade com a regulamentação estabelecida.

Em 1.º de janeiro do próximo ano, passam a valer todas as regras de regulamentação das apostas online determinadas pelas portarias do Ministério da Fazenda.

“Antes disso, ainda neste ano, as empresas aprovadas terão de pagar a outorga de R\$ 30 milhões para começar a funcionar e, a partir de janeiro, precisarão cumprir todas as regras para combate à fraude, à lavagem de dinheiro e à publicidade abusiva, entre outras”, diz a portaria da pasta. ●

Trabuco, do Bradesco, defende regulação ‘estrita’ de empresas

O presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, defendeu ontem uma “regulamentação estreita” para as bets. “Seguramente essa questão merece uma disciplina, regulamentação estreita, para que os hábitos não se transformem em vícios”, disse Trabuco, ao participar do 3.º

Seminário de Responsabilidade Social, promovido pelo Fórum Permanente de Responsabilidade Social da FGV Conhecimento.

Uma das saídas, segundo ele, passa por maior educação financeira. “Educação financeira é o eixo principal do sistema bancário brasileiro, para que as pessoas possam tomar o crédito com responsabilidade. A virtude é poupar, e o índice de poupança é importantíssimo para o País crescer”, disse etc. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1